



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ**, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 499, centro, nesta cidade de Paiçandu - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001- 52, Centro em Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ISMAEL BATISTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade, RG n. *.***.456-* SSP/PR e inscrito no CPF sob o n. ***.229.219-** das atribuições que lhe confere o cargo, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 2589/2017 - Decreto Municipal 229/2013 e 231/2013, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente na Lei nº 14.133, de 2021, com suas alterações.

Telefone para contato e esclarecimentos sobre o edital: (44) 3125-1111, das 8h30min às 17h00min.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h30 min do dia 18/09/2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h31 min às 08h59 min do dia 18/09/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00 min do dia 18/09/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bnc.org.br "Acesso Identificado".

O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Nacional de Compras – BNC.

O Município de Paiçandu, Estado do Paraná, mediante a Pregoeira Sra. Verônica Simão Benatti, designado pela Portaria nº 326/2025, de 25 de Julho de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 18 de Setembro de 2025, às 09h00 min, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, MODO DE DISPUTA ABERTO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133/2021 e Leis Complementares 123/2006, 147/2014 e 155/2016.

1. DO OBJETO:

1.1 PREGÃO ELETRONICO O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para à prestação de serviços especializados na área ambiental para realizar as seguintes atividades descritas no item 1.1, no município de Paiçandu, PR.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço por ITEM, observados as exigências, quanto às especificações



do objeto.

1.3 AS QUANTIDADES CONSTANTES DO ANEXO I SÃO ESTIMATIVAS DE CONSUMO, NÃO SE OBRIGANDO A ADMINISTRAÇÃO À AQUISIÇÃO TOTAL.

1.4 Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo Termo de Declaração Conjunta;

Anexo III – Modelo de Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte;

Anexo IV – Modelo de proposta de preços ajustada;

Anexo V – Minuta do Contrato;

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.

2.1. É facultado a qualquer cidadão solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação aos termos do presente Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”.

2.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante o Município de Paiçandu o licitante ou cidadão que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam.

2.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

2.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1 Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade constante em seus atos constitutivos sejam compatíveis com o objeto desta licitação e que atendam às condições estabelecidas neste edital.

3.3 Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação:

3.3.1. Quem tiver sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta.

3.3.2. Quem estiver sobre processo de Falência ou de Recuperação Judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação,



empresas estrangeiras que não funcionam no país.

3.3.2.1. No caso de empresa em recuperação judicial, ressalva-se a possibilidade da participação desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, a qual certificará que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatórios, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3.2.2. Consórcio de proponentes.

3.3.3. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (041) 3042- 9909 – até horário fixado neste edital para apresentação da proposta e início do pregão.

3.3.4. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto.

3.3.5. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

3.3.6. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos.

3.3.6.1. OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bnc.org.br, opção “Acesso Identificado”.

3.3.7. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.8. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil, devidamente justificada.

3.3.9. A licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pela Bolsa Nacional de Compras – BNC, através do telefone (42) 3026-4550 ou e-mail contato@bnc.org.br.



3.3.11 O presente edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico www.paicandu.pr.gov.br (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), ou em www.bnc.org.br.

3.4.12 Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, estará disponível nos sites supracitados, cabendo aos interessados inteira responsabilidade em acompanhar as informações prestadas pelo Município e pela BNC, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral Bolsa Nacional de Compras (www.bnc.org.br), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. 4.1.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone: (42) 3026-4550.

4.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Nacional de Compras – BNC, devidamente justificada.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 O Licitante deverá cadastrar em campo próprio da plataforma BNC sua proposta de preço, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 7 deste Edital, informando o preço ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura e julgamento da proposta, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do item e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante e modelo, em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

6.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente



no fornecimento do veículo, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Paicandu-Pr.

6.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.7 É vedada a identificação do proponente no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

6.8 O valor registrado na plataforma da BNC deverá considerar valor unitário para o item, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.

6.9 A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca do veículo e modelo implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

6.10 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.11 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.12 Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

6.13 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.14 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.15 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.16 O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

6.17 Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresa de pequeno porte, entendendo-se



por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada por esta lei complementar.

6.18 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo lance de preço no prazo Máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte da Pregoeiro, sob pena de preclusão.

7 DA HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, portanto, as proponentes deverão realizar até às **08h30 min** do dia **18/09/2025** o upload dos documentos relacionados nos itens 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6 deste edital.

7.1.1. Os documentos de habilitação somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.1.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.

7.1.2.1. Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome.

7.1.2.2. Sendo a licitante filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.1.2.3. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.

7.1.3. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

7.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



7.1.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.1.5. Não serão aceitos protocolos, comprovantes de pagamento referentes a solicitações feitas às repartições competentes quanto aos documentos mencionados neste item, nem documentos ilegíveis, ainda que autenticados.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Comprovação da existência, quadro societário e qualificação da pessoa jurídica por meio de: 7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual (inscrição e alterações se houver).

7.2.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No caso de Contrato Social o mesmo deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

7.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

7.2.1.4. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, no caso de Microempreendedor Individual – MEI.

7.2.1.5. Certidão Simplificada da Junta Comercial ou repartição competente (registro comercial no caso de empresa individual ou, se prestadora de serviços, registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos). Não havendo menção quanto ao prazo de validade, a certidão deverá ser expedida em até 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação.

7.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

7.3.2. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991.

7.3.3. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

7.3.4. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedido pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.



7.3.5. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

7.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho).

7.4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.4.1 Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica da empresa em fornecimento pertinente e compatível ao objeto da licitação. Conforme Artigo 67, Lei Federal nº 14,133/2021.

7.4.2 A empresa proponente deverá comprovar:

- Experiência anterior na elaboração de estudos ambientais similares.
- Equipe técnica multidisciplinar com profissionais habilitados (biólogos, geólogos, engenheiros ambientais, sociólogos, entre outros).
- Registro e regularidade junto ao CREA/CAU.

7.4.3 CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA

Experiência comprovada na elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

Registro e regularidade junto ao Conselho de Classe Regional;

Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com experiência na área de resíduos sólidos e gestão ambiental.

A equipe técnica mínima deverá ser composta pelos seguintes profissionais:

1 (um) coordenador de projeto

- ✓ Formação mínima: nível superior em engenharia civil ou engenharia ambiental ou engenharia sanitária e áreas correlatas;
- ✓ Experiência comprovada em coordenação de projetos.

1 (um) engenheiro pleno

- ✓ Formação mínima: nível superior em engenharia civil ou engenharia ambiental ou engenharia sanitária e áreas correlatas;
- ✓ Experiência comprovada em resíduos sólidos.
- ✓ Apresentar pós graduação e/ou mestrado na area ambietal e/ou areas afins;



1 (um) profissional da área de comunicação

- ✓ Formação mínima: nível superior em comunicação social ou sociologia;
- ✓ Experiência comprovada em atividades de mobilização social.

1 (um) advogado

- ✓ Formação mínima: nível superior em direito;
- ✓ Experiência comprovada
- ✓ Especialização em direito ambiental

1 (um) economista

- ✓ Formação mínima: nível superior em economia;

7.4.4 A comprovação de experiência dos engenheiros deve ser realizada através de apresentação de atestado de capacidade técnica em nome da licitante e acervo técnico emitido pelo conselho de classe.

7.4.5 Registro e regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e áreas afins;

7.4.6 Possuir acervo da empresa e do profissional, emitido pelo órgão correspondente que comprove a experiência na realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;

7.4.7 Estar habilitada conforme as exigências do presente termo

7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.5.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial (Falência e Concordata), expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas virtuais prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

7.6. DECLARAÇÕES

7.6.1. TERMO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA: Declaração de Cumprimento dos Requisitos de habilitação, Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Não parentesco; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão na forma da Lei Federal nº 14.133/2021; que os documentos de habilitação anexados no sistema eletrônico são reprodução fiel dos originais, conforme modelo constante do Anexo III.

7.6.2. Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte;



7.7. Em caso de incongruências no Termo de Declarações disponibilizado por upload, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BNC, durante a abertura do certame. O prazo para a manifestação será informado pelo Pregoeiro na Plataforma. Manifestações ocorridas fora do prazo estipulado serão desconsideradas. Não se aplica este subitem para licitantes que não anexarem o documento na plataforma.

7.8. Em caso de dúvida fundada do Pregoeiro ou da Equipe de Apoio, de que quaisquer documentos apresentados não correspondem à realidade, deverá esta, usando da prerrogativa prevista no artigo 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sob os quais recaia fundada dúvida de veracidade, inclusive consultar cadastros de impedidos em licitar com a Administração Pública.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

8.1. Após o prazo previsto para acolhimento, o Sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

8.2. A partir do horário e do dia previstos no Sistema “BNC”, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro avaliar a aceitabilidade das mesmas.

8.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras



estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro. 8.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. O critério de julgamento adotado será o menor preço, POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.



8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, incisos, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos: 8.22.1. No país;

8.22.2. Por empresas brasileiras;

8.22.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.24 Em observância à Lei Complementar n. 147/2014, Artigo 48, Inciso I, a presente licitação será assegurada, a participação somente das microempresas e empresas de pequeno porte.

8.25 Não se aplica no presente edital de licitação o art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, o critério de desempate, por tratar-se de licitação exclusiva para participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

8.25.1.1 O objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Encerrada a etapa de negociação o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 7 deste edital.

9.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Anexo I deste edital.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao



saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.8. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 30 (trinta) minutos, envie a proposta ajustada ao último lance ofertado, após a negociação realizada.

9.9. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece na fase “em adjudicação” até a apresentação da proposta de preços ajustada, dentro das condições dispostas no item 12.1 deste edital.

9.10. O não cumprimento do envio da proposta de preços ajustada dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 9.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

9.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, ficando o arrematante declarado vencedor

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BNC, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

10.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá o Pregoeiro, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

10.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BNC, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da



sessão pública.

10.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro informará o horário que a Plataforma será liberada para receber a intenção de recorrer. A Plataforma, a partir do horário informado pelo Pregoeiro, ficará aberta por 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante, de forma imediata, em campo próprio do sistema (Manif. Recursos), manifeste sua intenção de recorrer.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico (no campo "Interp. Recursos").

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico (no campo "Contrarrazão") no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

12 DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA



12.1 A empresa declarada habilitada e vencedora do certame deverá apresentar Proposta de Preços Ajustada, em formato digital, via sistema BNC (campo “Documentos Complementares Pós Disputa), **no prazo de 30 (trinta) minutos**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

12.2 A Proposta de Preços Ajustada deverá ser elaborada conforme modelo Anexo IV, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, e-mail, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 12.1 deste Edital.

12.3 A licitante deverá informar a MARCA/MODELO do item ofertado, bem como.

12.4 A proposta ajustada, deverá conter:

- a) Especificação completa do item, com conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital.
- b) Descrição detalhada do item, marca e modelo, e **preço unitário e preço total, condições de pagamento.**
- c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais
- d) Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- e) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

13 DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

13.1 A documentação constante no item 7, caso solicitada, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Sete de Setembro nº 499, Município de Paicandu CEP: 87.140-000. Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e ao pregoeiro responsável: Alan de Souza Miranda. O envelope contendo os documentos deve estar fechado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

13.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

13.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



14.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2 O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Município.

14.3 A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponenteadjudicatária para assinar o contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Diretoria de Compras.

15 DO CONTRATO, PAGAMENTO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado a comparecer, dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o ato convocatório, para assinatura do contrato.

15.1.1 O prazo concedido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.2 É facultado à Administração quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

15.3 A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Secretaria de Assistência Social, de acordo com as informações contidas na Nota de Empenho, e deverá ser encaminhada diretamente ao setor de Contabilidade para a realização de empenhos.

13 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

13.00.1 GABINETE DO SECRETARIO DO MEIO AMBIENTE UNIDADE EXECUTORA

18.541.1304-2.150.000 – MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL

33.90.39 -OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 00555 FICHA: 0269

18.544.1310-2.662.000 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

33.90.39 -OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 00555 FICHA: 0279.

15.4 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Paicandu – Estado do



Paraná, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

15.5 Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

16 DO REAJUSTE DE PREÇOS

16.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

17 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 As licitantes estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, 10.520/02 e Decreto nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 8.543/2005:

17.1.1 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.

17.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.1.3 Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

17.1.3.1 Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do veículo não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei nesta cláusula;

17.1.3.2 De até 30% (trinta por cento) sobre o valor do veículo não entregue, observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

17.2 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do produto, embora não elida por si a

penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

17.3 Nos termos do parágrafo 3º do art. 156 e do parágrafo 8º da Lei nº 14.133/2021, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

17.4 Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

18 DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

18.1 O prazo para a execução dos serviços bem como o pagamento será de acordo com o cronograma abaixo:

18.2 CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO

ETAPA 1 (UM) DO ITEM 1 (UM)				
ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	PRAZO	PAGAMENTO
1	Atualização do Plano municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com capacitação dos servidores e indicação da Taxa de Coleta de Lixo para o custeio do sistema e execução do Plano.	O plano deverá conter todas as fases incluindo: diagnostico, prognostico, audiências públicas, capacitação e orientação para implementação conforme Leis 12.305/2010 e 14.026/2022 e decreto federal 10.936/2022. e demais normas e manuais de orientação sobre planos de Gestão de resíduos sólidos, do Ministério do meio ambiente e ABNT 10007/2004	06 MESES A PARTIR DA ASSINATURA	NA ENTREGA DO OBJETO
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 2 (DOIS)				
2	Licença Prévia de Ampliação - LPA	Elaboração dos planos, projetos, e estudos exigidos conforme SEMA nº02/2009 Requerimento do licenciamento e acompanhamento via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LPA
	Licença de instalação - LIA	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LIA
	Licença de operação - LOA	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LOA
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 3 (TRÊS)				
3	Estudo de viabilidade Ambiental	Estudo de Viabilidade Ambiental e Licenciamento do novo Cemitério Municipal, conforme a Resolução SEMA nº02/2009 – IAT;	06 MESES A PARTIR DA ASSINATURA	NA ENTREGA DO OBJETO
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 4 (QUATRO)				
	Licença Prévia - LP	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LP



4	Licença instalação - LI	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LI
	Licença operação - LO	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LO
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 5 (CINCO)				
5	Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana	Elaboração do Plano de Arborização Urbana, conforme as diretrizes estabelecidas no "Manual para Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana - 2ª Edição, Curitiba-PR, 2018".	12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ASSINATURA	Após aprovação do órgão fiscalizador - IAT

19 DO VALOR MÁXIMO

19.1 O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 209.885,00 (duzentos e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco mil)**. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas em pesquisas de mercado.

19.2 Sob pena de desclassificação o valor Máximo por item para esta licitação é o determinado no item.

20 DO RECEBIMENTO Art. 140, I, II, da Lei nº 14.133/2021

20.2 Por ocasião da execução, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

20.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

20.3.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

20.3.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (DEZ) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

20.3.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

20.3.4 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

20.4 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contada data de entrega do objeto, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

21 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



21.2 O fiscal do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, sendo:

Parágrafo Primeiro - Caberá à gestão do contrato a Sra. Caroline Guidelli dos Santos, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste termo e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

Parágrafo Segundo - Caberá ao fiscal do contrato, Sra. Caroline Guidelli dos Santos, o acompanhamento no fornecimento do objeto da contratação.

Parágrafo Terceiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo Quarto - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de inadequações técnicas e legais, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Quinto - Ao CONTRATANTE não caberá quaisquer ônus pela rejeição do objeto considerados inadequados pelo fiscal, os quais, enquanto perdurar a vigência da garantia previsto no ordenamento jurídico, deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

22 GARANTIA

22.2 A CONTRATADA responderá pela qualidade dos produtos nos exatos termos da Lei 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

23 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.2 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:



- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conclusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23.3 Na hipótese de financiamento parcial ou integral por organismo financeiro multilateral mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

23.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

24 DA VIGÊNCIA

24.2 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo firmado entre as partes.

25 DA NEGOCIAÇÃO

25.2 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante



que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.2 O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1, deste Edital.

26.3 O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

26.4 A presente licitação a qualquer tempo poderá ser adiada por conveniência exclusiva da Administração, revogada no todo ou em parte por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou, anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiro sem que caiba as licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 71, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.5 Assegura-se ao Município de Paiçandu o direito de:

26.5.1 adiar a data da sessão pública;

26.5.2 rescindir unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

26.6 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

26.7 Reserva-se ao pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

26.8 No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

26.8.1 adiada a data da abertura desta licitação;

26.8.2 alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

26.9 As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

26.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

26.13 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



26.14 O foro da cidade de Paicandu, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

26.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.16 Quaisquer informações relativas a esta licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Paicandu, Departamento de Licitações, situada à Rua: Sete de Setembro nº 499 Centro Município de Paicandu ou ainda pelo site www.bnc.org.br e/ou por e-mail: licitacao@paicandu.pr.gov.br.

27 DOS ANEXOS

27.2 Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo Termo de Declaração Conjunta;

Anexo III – Modelo de Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte;

Anexo IV – Modelo de proposta de preços ajustada;

Anexo V – Minuta do Contrato;

Paicandu, 21 de Agosto de 2025.

ISMAEL BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para à prestação de serviços especializados na área ambiental para realizar as seguintes atividades descritas no item 1.1, no município de Paicandu, PR:

1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES

LOTE 1					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	U. N	QUANT	VALOR UN	VALOR TOTAL
1	Revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), conforme a Lei Federal nº 12.305/2010 e suas regulamentações;	UN	1	R\$32.500,00	R\$ 32.500,00
2	Realização licença ambiental de ampliação do cemitério atual; - Licença previa de ampliação LP-A - Licença de instalação de ampliação LI-A - Licença de ampliação LO-A	UN	1	R\$38.000,00	R\$38.000,00
3	Estudo de Viabilidade Ambiental e Licenciamento do novo Cemitério Municipal, conforme a Resolução SEMA nº02/2009 – IAT;	UN	1	R\$20.000,00	R\$20.000,00
4	Licenciamento do Novo Cemitério Municipal: -Licença previa LP do novo cemitério -Licença de instalação de LI do novo cemitério -Licença de operação LO do novo cemitério	UN	1	R \$88.000,00	R \$88.000,00
5	Elaboração do Plano de Arborização Urbana, conforme as diretrizes estabelecidas no "Manual para Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana - 2ª Edição, Curitiba-PR, 2018".	UN	1	R\$31.385,00	R\$31.385,00
VALOR TOTAL					R\$209.885,00



1.1.2 ESCOPO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá executar os serviços conforme descrito abaixo:

1.1.3 Revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS):

Diagnóstico

- Levantamento de dados e informações sobre a geração, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos no município.
- Análise da infraestrutura existente para a gestão dos resíduos sólidos, incluindo equipamentos, instalações e recursos humanos disponíveis.
- Identificação dos principais desafios e problemas relacionados à gestão de resíduos sólidos no município.

Prognóstico e Cenários Futuros:

- Projeção da geração de resíduos sólidos a curto, médio e longo prazo, considerando o crescimento populacional e outras variáveis relevantes.
- Análise de diferentes cenários de gestão, considerando opções tecnológicas e operacionais disponíveis.

Definição de Objetivos e Metas:

- Estabelecimento de objetivos estratégicos para a gestão integrada de resíduos sólidos no município.
- Definição de metas de redução, reutilização, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada.

Plano de Ação:

- Elaboração de um plano de ação detalhado, contendo as medidas a serem implementadas para a gestão integrada de resíduos sólidos, incluindo prazos, responsabilidades, recursos necessários e indicadores de monitoramento.
- Proposição de programas e projetos específicos, como coleta seletiva, compostagem, educação ambiental, entre outros.

Participação Social:

- Realização de audiências públicas e oficinas de participação social para a discussão das propostas e incorporação das contribuições da comunidade e dos demais stakeholders.
- Elaboração de relatórios de participação social, registrando as contribuições recebidas e as deliberações tomadas.



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

Relatório Final:

- Consolidação do PMGIRS em um documento final, incluindo todos os elementos previstos nas etapas anteriores.
- Apresentação do PMGIRS ao poder público municipal e à população, em conformidade com as diretrizes da PNRS.

Escopo do relatório final:

I - Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

Quanto à origem, a Lei Federal nº 12.305/2010 classifica os resíduos sólidos em:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os resíduos domiciliares e de limpeza urbana(a+b);
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos de limpeza urbana, os resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, os resíduos de serviços de saúde, os resíduos da construção civil e os resíduos agrossilvopastoris;
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos sólidos urbanos;
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os

II - Identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o §1º do art.182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

A identificação de áreas adequadas para a implantação de aterros sanitários deve considerar dados populacionais e projeções de crescimento, bem como o diagnóstico dos resíduos sólidos gerados na região, componentes operacionais e aspectos geoambientais do meio físico, incluindo localização, características geológicas, geomorfológicas e morfoclimáticas, além do histórico de ocupação da área.

É essencial observar o Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão, se houver, além do zoneamento ambiental e do plano de gerenciamento costeiro,



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

quando aplicável. A existência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não dispensa a necessidade de licenciamento ambiental para a instalação de aterros sanitários, outras infraestruturas e instalações operacionais do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Além dos critérios técnicos e legais para identificar áreas propícias à disposição final ambientalmente adequada, é necessário considerar:

✓ Critérios econômicos e financeiros: como o custo de aquisição da área, construção e infraestrutura, manutenção, entre outros.

✓ Critérios políticos e sociais: como a aceitação da comunidade local e o acesso à área por trajetos com baixa densidade populacional, entre outros.

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº11.445, de 2007;

VI - Indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - Programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X - Programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

- XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;
- XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº11.445, de 2007;
- XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- XV - Descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;
- XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;
- XVIII- identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;
- XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.
- XIX - periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 10 (dez) anos. (incluído pela Lei nº14.026, de 2020)

PRODUTOS ESPERADOS

A empresa contratada deverá entregar os seguintes produtos:

- Relatório de Diagnóstico da Situação Atual;
- Relatório de Prognóstico e Cenários Futuros;
- Documento contendo os Objetivos e Metas;
- Plano de Ação;
- Relatórios de Participação Social;
- Relatório Final do PMGIRS.

CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU

ESTADODOPARANÁ

RuaSetedeSetembro,nº499-Centro

www.paicandu.pr.gov.br

(44)3244-0400

CNPJ:76.282.664/0001-52

Experiência comprovada na elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

Registro e regularidade junto ao Conselho de Classe Regional;

Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com experiência na área de resíduos sólidos e gestão ambiental.

A equipe técnica mínima deverá ser composta pelos seguintes profissionais: 1 (um) coordenador de projeto

✓ Formação mínima: nível superior em engenharia civil ou engenharia ambiental ou engenharia sanitária e áreas correlatas;

✓ Experiência comprovada em coordenação de projetos.

1 (um) engenheiro pleno

✓ Formação mínima: nível superior em engenharia civil ou engenharia ambiental ou engenharia sanitária e áreas correlatas;

✓ Experiência comprovada em resíduos sólidos.

✓ Apresentar pós graduação e/ou mestrado na area ambietal e/ou areas afins;

1 (um) profissional da área de comunicação

✓ Formação mínima: nível superior em comunicação social ou sociologia;

✓ Experiência comprovada em atividades de mobilização social.

1 (um) advogado

✓ Formação mínima: nível superior em direito;

✓ Experiência comprovada

✓ Especialização edireito ambiental

1 (um) economista

✓ Formação mínima: nível superior em economia;

A comprovação de experiência dos engenheiros deve ser realizada através de apresentação de atestado de capacidade técnica em nome da licitante e acervo técnico emitido pelo conselho de classe.

1.1.4 Licença Ambiental para Ampliação do atual cemitério municipal

A area a ser ampliada conta com aproximadamente 2.980 m². Os serviços deverão ser realizados conforme estabelecido na Resolução SEMA nº 02/2009, observando os critérios técnicos e legais definidos pelo Instituto Água e Terra – IAT.

- Protocolo de licenciamento da nova área do atual cemiterio



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

- Projeto arquitetônico da nova área do atual cemitério
- projeto arquitetônico do novo cemitério
- Mapa topográfico em escala adequada
- Sondagens e ensaios de infiltração, conforme resolução SEMA 02/2009
- Projeto de tratamento de esgoto sanitário
- Projeto do sistema de coleta e percurso e destinação final das águas pluviais incidentes na área do cemitério
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos gerados em cemitérios
- Submissão da documentação necessária para obtenção do licenciamento junto ao órgão ambiental competente, acompanhamento e adequações necessárias até a aprovação do órgão ambiental.
- E demais estudos e/ou projetos necessários conforme as normas regulamentadoras e solicitação do órgão licenciador Instituto Água e Terra – IAT

1.1.5 Estudo de Viabilidade Ambiental e Licenciamento do novo Cemitério Municipal, conforme a Resolução SEMA nº02/2009 - IAT

O escopo contempla a realização de:

- Levantamentos de campo e estudos técnicos multidisciplinares.
- Elaboração do Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) conforme Resolução SEMA nº 02/2009.
- Atendimento aos critérios técnicos do IAT.
- Apresentação de alternativas locais e tecnológicas.
- Definição de medidas mitigadoras e compensatórias.
- Apoio técnico no processo de licenciamento junto ao IAT.

DIAGNÓSTICO

Será realizado um diagnóstico ambiental da área proposta, abrangendo:

- Caracterização físico-natural: geologia, hidrologia, solo, clima, vegetação e fauna.
- Caracterização socioeconômica: uso e ocupação do solo, aspectos demográficos e culturais.
- Identificação de áreas de preservação permanente, nascentes e corpos hídricos.
- Levantamento da legislação aplicável à área pretendida.

PROGNÓSTICO E CENÁRIOS FUTUROS

- Avaliação dos impactos ambientais associados à implantação e operação do cemitério.



- Definição de cenários possíveis, considerando alternativas locacionais e operacionais.
- Estimativa da vida útil do empreendimento e capacidade de expansão.
- Análise de risco ambiental e medidas de prevenção.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS

Objetivos:

- Garantir que o novo cemitério seja ambientalmente viável.
- Atender às exigências legais e normativas do licenciamento ambiental.

Metas:

- Concluir o EVA no prazo estipulado.
- Obter parecer técnico favorável do IAT.
- Propor soluções ambientalmente corretas para a implantação e gestão do cemitério.

PLANO DE AÇÃO

- **Etapa 1:** Levantamento de dados secundários e visitas técnicas.
- **Etapa 2:** Diagnóstico ambiental e socioeconômico.
- **Etapa 3:** Prognóstico e definição de cenários.
- **Etapa 4:** Elaboração do Estudo de Viabilidade Ambiental.
- **Etapa 5:** Apresentação à comunidade e órgãos competentes.
- **Etapa 6:** Apoio técnico no trâmite de licenciamento.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Realização de reuniões públicas e audiências, conforme orientações do IAT.
- Registro de manifestações da população.
- Inclusão das contribuições da sociedade no relatório final.

RELATÓRIO FINAL

Será entregue um relatório técnico detalhado com base nos estudos realizados, contendo:

Escopo do Relatório Final:

- Introdução e justificativa.
- Metodologia adotada.
- Diagnóstico ambiental e socioeconômico.
- Prognóstico e cenários futuros.
- Avaliação de impactos ambientais.
- Medidas mitigadoras e compensatórias.



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

- Plano de monitoramento ambiental.
- Relato da participação social.
- Conclusões e recomendações técnicas.

PRODUTOS ESPERADOS

- Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) completo.
- Relatório Técnico para fins de licenciamento junto ao IAT.
- Material de apoio para audiências públicas.
- Mapa de localização e delimitação da área do projeto.
- Relatórios parciais e finais com arquivos digitais e impressos.

CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA

A empresa proponente deverá comprovar:

- Experiência anterior na elaboração de estudos ambientais similares.
- Equipe técnica multidisciplinar com profissionais habilitados (biólogos, geólogos, engenheiros ambientais, sociólogos, entre outros).
- Registro e regularidade junto ao CREA/CAU.

1.1.6 Licenciamento Ambiental do Cemitério Municipal:

- Processos de Licença Prévia, de Licença de Instalação e Licença de Operação;
- Elaboração do Plano de Controle Ambiental e demais documentos exigidos pela Resolução SEMA nº 02/2009 - IAT; sendo de responsabilidade da contratada a elaboração:
 - ✓ Projeto arquitetônico do cemitério
 - ✓ Mapa topográfico em escala adequada
 - Sondagens e ensaios de infiltração conforme Resolução SEMA nº 02/2009.
 - ✓ Projeto de tratamento de esgoto sanitário
 - ✓ Projeto do sistema de coleta e percurso e destinação final das águas pluviais incidentes na área do cemitério
- Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos gerados em cemitérios
- Submissão da documentação necessária para obtenção do licenciamento junto ao órgão ambiental competente, acompanhamento e adequações necessárias até a aprovação do órgão ambiental.



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA

Experiência em licenciamento ambiental;

Registro e regularidade junto ao Conselho de Classe Regional Profissional com experiência na área de licenciamento ambiental.

- ✓ Formação mínima: nível superior em engenharia civil ou engenharia ambiental ou engenharia sanitária e áreas correlatas;
- ✓ Experiência comprovada em licenciamento ambiental
A comprovação de experiência do engenheiro deve ser realizada através de apresentação de atestado de capacidade técnica em nome da licitante e acervo técnico emitido pelo conselho de classe.

1.1.6. Elaboração da Revisão do Plano de Arborização Urbana:

Elaboração da Revisão do Plano de Arborização Urbana conforme preconizado pelo Manual para elaboração do plano municipal de arborização / organização Paula Broering Gomes Pinheiro. — 2. ed. — Curitiba: Procuradoria-Geral de Justiça, 2018, contendo:

- Levantamento quali-quantitativo da arborização de ruas, praças da Sede e Distrito, Inventário das árvores urbanas existentes (CENSO);
- Análise das áreas prioritárias para plantio e manejo;
- Definição de espécies adequadas ao ambiente urbano;
- Proposta de diretrizes e ações para a gestão da arborização urbana;
- Realização de consultas públicas e oficinas participativas;
- Apresentação do Plano de Arborização Urbana conforme orientações do manual citado.

CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA

Experiência em elaboração de Plano de Arborização Urbana; Registro e regularidade junto ao Conselho de Classe Regional Profissional com experiência na área de planejamento de arborização urbana municipal.

- ✓ Formação mínima: nível superior em engenharia agrônoma ou florestal ou biologia;
- ✓ Experiência comprovada em planejamento de arborização urbana municipal.
- ✓ Pós graduação e/ou mestrado



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

A comprovação de experiência deve ser realizada através de apresentação de atestado de capacidade técnica e acervo técnico emitido pelo conselho de classe.

EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE

Conforme estabelece o art. 37, caput, da Constituição Federal, a administração pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No caso da elaboração do PMGIRS do Plano de Arborização Urbana, para atender ao princípio da eficiência, é fundamental que haja uma equipe técnica permanente, composta por profissionais com a devida qualificação, que possa garantir a execução contínua e tecnicamente embasada das atividades exigidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e pelo Manual para elaboração do plano municipal de arborização, 2018.

A elaboração do PMGIRS exige um acompanhamento constante e profundo conhecimento técnico, uma vez que se trata de um documento estratégico de planejamento para o município. O plano deve abordar questões ambientais, operacionais, legais e de infraestrutura, conforme disposto no Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A elaboração do Plano de Arborização Urbana requer o desenvolvimento de atividades que exigem conhecimento técnico especializado e continuidade ao longo de todas as fases do projeto. As atividades centrais do plano, como o levantamento quali-quantitativo da arborização em ruas e praças da Sede e Distrito, bem como o inventário das árvores urbanas existentes (CENSO), demandam uma equipe técnica permanente composta por profissionais capacitados e dedicados ao projeto. A presença constante desta equipe garante precisão, consistência e qualidade nas informações levantadas, além de agilidade na tomada de decisões e ajustes ao longo do processo.

Portanto, torna-se necessária a formação de uma equipe técnica permanente mínima que assegure a continuidade dos trabalhos e a integração de conhecimentos específicos em todas as etapas do projeto. Esta equipe deve ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- **Coordenador de Projeto e Responsável Técnico:** profissional de nível superior com experiência comprovada em gestão de resíduos sólidos e elaboração de planos municipais, que terá a responsabilidade de coordenar a equipe, assegurar a conformidade com as legislações aplicáveis e garantir o bom andamento do projeto.
- **Profissional de Nível Superior:** especialista nas áreas de gestão ambiental, engenharia ou áreas correlatas, que contribuirá para o desenvolvimento das análises técnicas, diagnóstico e propostas do plano de arborização urbana.

2. JUSTIFICATIVA



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

2.1. A revisão do PMGIRS é uma exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, e é fundamental para a adequada gestão dos resíduos sólidos no município, visando à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida da população.

2.2. O Licenciamento Ambiental da Ampliação do Cemitério Municipal é necessário para atender às exigências ambientais estabelecidas pela Resolução SEMA nº 02/2009 - IAT, garantindo a conformidade das operações do cemitério com as normas vigentes.

2.3. O objeto deste estudo consiste na elaboração do Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) e no processo de Licenciamento Ambiental para a implantação de um novo Cemitério Municipal, em conformidade com os critérios técnicos, ambientais e legais estabelecidos na Resolução SEMA nº 02/2009, que disciplina o licenciamento ambiental de cemitérios no estado do Paraná, sob responsabilidade do Instituto Água e Terra (IAT).

2.4. O município de Paicandu, no estado do Paraná, está em constante fase de expansão e desenvolvimento urbano, isso que implica na necessidade de melhorias em infraestrutura pública para atender à crescente demanda populacional. Entre os serviços essenciais a serem aprimorados está a construção de um cemitério público que atenda aos requisitos ambientais e regulatórios.

A obtenção de licença ambiental é um requisito obrigatório para a construção de novos empreendimentos que podem causar impacto ao meio ambiente. Portanto, é imprescindível que o projeto esteja de acordo com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

2.5. A elaboração da revisão do Plano de Arborização Urbana é de extrema importância para o planejamento e gestão das áreas verdes do município, conforme preconizado pelo Manual para Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana, e tem como objetivo o desenvolvimento sustentável e a promoção da qualidade ambiental urbana.

2.1.1 DANOTÓRIAESPECIALIZAÇÃO

A notória especialização, conforme definição legal, é caracterizada pela singularidade dos serviços e pela capacidade do contratado de realizar o objeto com qualidade superior em razão do conhecimento específico acumulado, sendo vedada a competição quando a singularidade do serviço requer a contratação de um profissional e empresa com experiência comprovada em projetos dessa natureza.

A especificidade dos serviços demandados pelo município impede que empresas sem a devida qualificação técnica participem do certame, sob pena de comprometer a qualidade e a efetividade dos resultados esperados, conforme já ocorrido em processo licitatório anterior, para elaboração do Plano de Arborização Urbana do município e Plano de Controle Ambiental – PCA que foram executados, fora dos requisitos mínimos, exigidos.

A empresa e o profissional a ser contratada deve possuir comprovação da capacidade técnica e experiência anterior na elaboração de planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos, licenciamento ambiental, estudo de viabilidade ambiental do novo cemitério, e/ou atividades correlatas, e arborização urbana, conforme as normativas ambientais vigentes. Tais qualificações demonstram que a empresa possui expertise específica para a execução dos serviços com a



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU

ESTADODOPARANÁ

RuaSetedeSetembro,nº499-Centro

www.paicandu.pr.gov.br

(44)3244-0400

CNPJ:76.282.664/0001-52

eficiência e qualidade exigidas pelo município de Paicandu/PR.

Ainda, afim de comprovar o notorio conhecimento, a contratante podera outras comprovções , como por exemplo: notas fiscais emitidas pela empresa para certificar serviços realizados anteriormente, compatíveis com as especialidades, bem como os valores praticado no mercado pelo mesmo serviço, respeitando entretanto as características individuais de cada Município.

Afim de comprovação da notória especializaçã a admnistração deverá solicitar através de termo de referencia, elaborado devidamente fundamentado a apresentação de serviços prestados anteriormente pela empresa na area de licenciamentos ambientais, planos e projetos relacionados aos gerenciamento de residuos sólidos e/ou saneamento básico, e plano de arborização urbana.

3. VALOR ESTIMADO

O custo estimado foi de R\$209.885,00 (Duzentos e nove mil reais, oitocentos e oitenta e cinco reais). Apurado a partir de orçamentos recebidos e mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base nas contratações similares (outros órgãos); portal de compras públicas; BLL; TCE- PR. (ANEXO)

3.1 Do cronorama fisico e financeiro

3.1.1 No item 1, do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos será pago 100% na entrega do plano devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de meio ambiente

3.2. No item 2, da ampliação da Licença Previa do cemitério LPA será pago:

3.2.1 20% na entrega de protocolo do processo de Licenciamento e 13,33% na liberação pelo órgão licenciador Instituto Água e Terra – IAT

3.2.2 20% na entrega do protocolo de instalação LIA e 13,33% na liberação pelo órgão licenciador intitudo Água e Terra – IAT

3.2.3 20% na entrega do protocolo de licença de operação de ampliação LOA e 13,33% na liberação pelo órgão licenciador Intitudo Água e Terra – IAT

3.3 – No item 3 Estudo de Viabilidade, será pago 100% na entrega do relatorio de estudo

3.4 No item 4, da da Licença Previa do novo cemitério - LP será pago:

3.4.1 20% na entrega de protocolo do processo de Licenciamento e 13,33% na liberação pelo órgão licenciador Instituto Água e Terra – IAT

3.4.2 20% na entrega do protocolo da Licença de instalação - LI e 13,33% na liberação pelo órgão licenciador intitudo Água e Terra – IAT

3.4.3 20% na entrega do protocolo de licença de operação LO e 13,33% na liberação pelo órgão licenciador Intitudo Água e Terra – IAT

13

3.5 No item 5 da Elaboração do Plano de Arborização Urbana, será pago 70% na entrega do plano e 30% após parecer



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

de aprovação pelos órgão fiscalizadores IAT/Ministério Público

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do processo de contratação empresas que comprovem:

- 4.1. Registro e regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e áreas afins;
- 4.2. Possuir acervo da empresa e do profissional, emitido pelo órgão correspondente que comprove a experiência na realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 4.3. Estar habilitada conforme as exigências do presente termo

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá:

- 5.1. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas e regulamentações vigentes;
- 5.2. Disponibilizar equipe técnica qualificada para a realização dos serviços;
- 5.3. Manter o município informado sobre o andamento dos trabalhos, apresentando relatórios parciais conforme solicitado;
- 5.4. Cumprir os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.5. Apresentar todos os documentos e relatórios finais exigidos para a conclusão dos serviços.
- 5.6. Executar todos os serviços previstos no escopo, de forma integral, conforme as normas técnicas vigentes, legislação ambiental aplicável, Resolução SEMA nº 02/2009 – IAT, Lei Federal nº 12.305/2010 e demais diretrizes pertinentes.
- 5.7. Realizar a Revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), o Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), os processos de licenciamento do cemitério atual e novo, bem como a Revisão do Plano de Arborização Urbana, conforme os termos do contrato e os prazos estabelecidos.
- 5.8. Disponibilizar equipe técnica, conforme exigências do objeto do presente Termo;
- 5.9. Substituir, quando solicitado pela contratante, qualquer membro da equipe que não atenda às expectativas técnicas ou de conduta, sem ônus adicional.
- 5.10. Assumir total responsabilidade pelos trabalhos desenvolvidos, incluindo a veracidade das informações, dados, análises e recomendações constantes nos relatórios e estudos entregues.
- 5.11. Manter regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica durante toda a vigência do contrato.
- 5.12. Participar de reuniões técnicas, audiências públicas e demais eventos convocados pela Administração Pública, órgãos ambientais ou pela sociedade civil, sempre que solicitado, para esclarecimentos e apresentação dos estudos realizados.



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU

ESTADODOPARANÁ

RuaSetedeSetembro,nº499-Centro

www.paicandu.pr.gov.br

(44)3244-0400

CNPJ:76.282.664/0001-52

- 5.13** Entregar os produtos finais e intermediários em formato digital (PDF e editável) e impresso, conforme especificado no termo de referência e cronograma pactuado.
- 5.14** Adequar os documentos apresentados às exigências do contratante e dos órgãos licenciadores, sempre que solicitado.
- 5.15** Manter sigilo sobre todas as informações e documentos a que tiver acesso em razão da execução do contrato, não podendo divulgá-los sem prévia autorização formal da contratante.
- 5.16** Responder, civil e criminalmente, por eventuais danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão na execução dos serviços contratados.
- 5.17** Observar rigorosamente os prazos estabelecidos no contrato e no cronograma físico-financeiro, responsabilizando-se por eventuais atrasos injustificados.
- 5.18** Manter a habilitação da empresa durante toda exigência do contrato

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.3** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.4** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.5** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.6** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DASUBCONTRATAÇÃO

- 7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DO PRAZO E VIGÊNCIA E PAGAMENTO

O prazo para a execução dos serviços bem como o pagamento será de acordo com o cronograma abaixo:

15

8.1 CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO



PREFEITURAMUNICIPALDEPAICANDU

ESTADODOPARANÁ

RuaSetedeSetembro,nº499-Centro

www.paicandu.pr.gov.br

(44)3244-0400

CNPJ:76.282.664/0001-52

ETAPA 1 (UM) DO ITEM 1 (UM)				
ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	PRAZO	PAGAMENTO
1	Atualização do Plano municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com capacitação dos servidores e indicação da Taxa de Coleta de Lixo para o custeio do sistema e execução do Plano.	O plano deverá conter todas as fases incluindo: diagnostico, prognostico, audiências públicas, capacitação e orientação para implementação conforme Leis 12.305/2010 e 14.026/2022 e decreto federal 10.936/2022. e demais normas e manuais de orientação sobre planos de Gestão de resíduos sólidos, do Ministério do meio ambiente e ABNT 10007/2004	06 MESES A PARTIR DA ASSINATURA	NA ENTREGA DO OBJETO
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 2 (DOIS)				
2	Licença Previa de Ampliação - LPA	Elaboração dos planos, projetos, e estudos exigidos conforme SEMA nº02/2009 Requerimento do licenciamento e acompanhamento via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LPA
	Licença de instalação - LIA	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LIA
	Licença de operação - LOA	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LOA
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 3 (TRÊS)				
3	Estudo de viabilidade Ambiental	Estudo de Viabilidade Ambiental e Licenciamento do novo Cemitério Municipal, conforme a Resolução SEMA nº02/2009 – IAT;	06 MESES A PARTIR DA ASSINATURA	NA ENTREGA DO OBJETO
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 4 (QUATRO)				
4	Licença Prévia - LP	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LP
	Licença instalação - LI	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LI
	Licença operação - LO	Elaboração e acompanhamento do processo ambiental via E-protocolo	A depender do órgão licenciador	Após entrega da LO
ETAPA 1 (UM) DO ITEM 5 (CINCO)				
5	Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana	Elaboração do Plano de Arborização Urbana, conforme as diretrizes estabelecidas no "Manual para Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana - 2ª Edição, Curitiba-PR, 2018".	12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ASSINATURA	Após aprovação do órgão fiscalizador - IAT

9. DO FISCAL DO CONTRATO

Fica designada a servidora Caroline Guidelli dos santos para fiscalizar o contrato.

16

10. DADOTAÇÃO ORÇAMENTARIA



PREFEITURAMUNICIPALDEPAIÇANDU
ESTADODOPARANÁ
RuaSetedeSetembro,nº499-Centro
www.paicandu.pr.gov.br
(44)3244-0400
CNPJ:76.282.664/0001-52

O crédito necessário no atendimento das despesas da presente dispensa ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:13 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:13.00.1

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:18.541.1304-2.150.000 – MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL

FONTE DE RECURSOS: 00555

FICHA:269 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 3.3.90.39

ÓRGÃO:13 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:13.00.1

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:18.544.1310-2.662.000 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

FONTE DE RECURSOS: 00555

FICHA:0279 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA – 3.3.90.39

De acordo, em ____/____/2025.

De acordo, em ____/____/2025.

APARECIDA CANDIDA PEREIRA SUYTI
Secretária de Meio Ambiente

JOHN E. DE LIMA BASTOS
Secretario de Administração

(em papel timbrado da proponente)

ANEXO II – Termo de Declarações de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Não parentesco; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

Processo Administrativo nº 97/2025

Pregão Eletrônico nº **/2025

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Paicandu – Pr.

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) _____, inscrito no CNPJ sob nº _____, sediada (endereço completo) _____ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Cumpre todos os requisitos de habilitação do Pregão Eletrônico nº **/2025 do Município de Paicandu - Pr.
2. Está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos objetos, referente ao Pregão Eletrônico nº **/2025, nas quantidades e nos prazos previstos.
3. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº **/2025 do Município de Paicandu, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
4. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
5. Concorde com todos os preceitos e termos das Condições Gerais do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **/2025.
6. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **/2025, instaurado por essa Administração, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Os documentos de habilitação anexados no sistema eletrônico são reprodução fiel dos originais.

Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

_____, em _____ de _____ de 2025.

(Nome e assinatura do representante legal da proponente)

Rua Sete de Setembro, nº 499 – Centro - www.paicandu.pr.gov.br - ☎ (44) 3244-0400 - CNPJ: 76.282.664/0001-52



ANEXO III – MODELO - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo Administrativo nº 97/2025

Pregão Eletrônico nº **/2025

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Paicandu – Pr.

Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da Lei, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao Pregão Eletrônico nº**/2025, que a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as). _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, é **(microempresa/empresa de pequeno porte)** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/2006.

_____, em _____ de _____ de 2025.

(Nome e assinatura do representante legal da proponente)

(Nome/assinatura e CRC do Contador)



ANEXO IV– MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

Processo Administrativo nº 97/2025

Pregão Eletrônico nº **/2025

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Paicandu – Pr.

O signatário da presente, em nome da empresa, propõe:

O seguinte preço **(READEQUADO AO LANCE VENCEDOR**

- 1) O prazo para a execução dos serviços bem como o pagamento será de acordo com o cronograma.
- 2) Prazo de validade da proposta de_(mínimo de 60 dias), a contar da data de abertura do certame.
- 3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, fretes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 4) Declaramos que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP.)]**
- 5) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

_____, em _____ de
_____ de 2025.

(Nome e assinatura do representante legal da
proponente)



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NumeroProcesso]

CONTRATO Nº [NumeroContrato]

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **[RazaoSocialPromotor]**, inscrito no CNPJ nº **[DocumentoPromotor]**, com endereço **[EnderecoPromotor]**, na cidade de **[CidadePromotor]**, neste ato representado pelo ordenador, **[NomeAutoridade]** portador da Cédula de Identidade nº **[Documento2Autoridade]**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **[DocumentoAutoridade]**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs **[Regulamento]**, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº **[NumeroProcesso]**, homologado em **[DataHomologacao]**, integrante do Processo Administrativo nº **[NumAdmProcesso]**, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **[RazaoSocialParticipante]**, CNPJ nº **[DocumentoParticipante]**, com endereço **[EnderecoParticipante]**, CEP **[CepParticipante]**, representada por **[NomeRepresentante]**, Carteira de identidade nº **[Documento2Representante]**, inscrito no CPF nº **[DocumentoRepresentante]**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

1.1. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **[Objeto]** para atender a as necessidades do órgão contratante por **[ValidadeContrato]**.

1.2. Do órgão contratante **[NomeFantasiaPromotor]**, descritos no **“DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS”**, anexo a este **CONTRATO**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

4. DA ADESÃO DO CONTRATO

4.1. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

5. Dos limites para as adesões

- 5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.
- 5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.
- 5.3. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 5.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

- 6.1. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 6.2. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



- 6.4. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.
- 6.6. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:
- 6.8. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 6.9. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.10. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.11. Mantiverem sua proposta original.
- 6.12. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
- 6.13. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
- 6.14. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.11 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.16. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.17. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.18. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
- 6.19. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.20. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.21. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
- 6.22. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.15, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



6.23. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.24. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.25. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.26. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração



do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 10.9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.4. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.5. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.6. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.7. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.9. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.5, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 10.2. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
- 10.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 10.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 10.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 10.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 10.10. Por razão de interesse público;
- 10.11. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 10.12. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

- 11.1. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 11.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
- 11.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 11.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
- 12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



- 12.3. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
- 12.4. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
- 12.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em [CidadePromotorSemUF], [DiaAtual] de [MesAtualNome] de [AnoAtual] vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

[NomeAutoridade]

[RazaoSocialParticipante]

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS